



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

#### 1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de MEDICAMENTOS, para atender as necessidades da Clínica de Repouso Santa Lúcia, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	<b>Requisitante:</b>	Secretaria Municipal de Saúde - Gerência de Saúde Mental
1.3	<b>Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico, Via Registro de Preço, Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Municipal 599/2020, combinado com as Leis 8.666/93 e 10.520/2002;
1.4	<b>Tipo:</b>	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93.
1.5	<b>Período:</b>	180 (cento e oitenta) dias.

#### 2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.
01	267502	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100mg	COMP	6000
02	271691	ÁCIDO ASCORBICO 500mg	COMP	600
03	267503	ÁCIDO FÓLICO 5mg	COMP	1500
04	352317	ÁGUA DESTILADA 10ml	AMP	30000
05	277319	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES - 1000ml	FR	60
06	267506	ALBENDAZOL MASTIGÁVEL 400mg	COMP	60
07	267511	AMINOFILINA 100mg	COMP	180
08	267512	AMITRIPTILINA (CLORIDRATO DE) 25mg	COMP	600
09	271089	AMOXICILINA 500mg	CP	600
10	267517	ATENOLOL 50MG	COMP	1200
11	267283	BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 10mg	COMP	180
12	269954	BROMOPRIDA 10 mg	COMP	1602
13	267613	CAPTOPRIL 25mg	COMP	6000
14	267625	CEFALEXINA (CLORIDRATO DE) 500mg	CAPS	900
15	270119	CLONEZAPAM 2mg	COMP	600
16	270495	COLAGENASE/CLORAFENICOL 0,6UI+10mg/g – POMADA 30g	BIS	300
17	267643	DEXAMETASONA CREME 0,1% - 10gr	BIS	150
18	267203	DIPIRONA 500mg	COMP	6000
19	267205	DIPIRONA SOL. ORAL 500mg/ML - 10ml	FR	600
20	268960	DOPAMINA SOL. INJ. 5mg/ml. - 10ml	AMP	600
21	273009	FLUOXETINA (CLORIDRATO DE) 20mg	COMP	300
22	267663	FUROSEMIDA 40mg	COMP	2400
23	267671	GLIBENCLAMIDA 5mg	COMP	540



24	267540	GLICOSE SOL. INJ. 25% - 10ml	AMP	1200
25	292194	HALOPERIDOL (DECAONATO DE) SOL. INJ. 50mg/ml	AMP	2100
26	267670	HALOPERIDOL 1mg	COMP	1200
27	267669	HALOPERIDOL 5mg	COMP	1800
28	292196	HALOPERIDOL 5mg/ml. - 1ml. SOL. INJ.	AMP	1800
29	292195	HALOPERIDOL SOLUÇÃO ORAL GTS. 2mg/ml – 20ml.	FR	120
30	267674	HIDROCLOROTIAZIDA 25mg	COMP	600
31	268856	LOSARTANA POTÁSSICA 50mg	COMP	6000
32	267690	METFORMINA 500mg	COMP	450
33	267691	METFORMINA 850mg	COMP	600
34	267728	NIFEDIPINA 10mg – CAPS GELATINOSA	CAPS	600
35	233632	OLEO MINERAL PURO (PETROLATO TIPO LAXATIVO USO ORAL) 100ml	FR	120
36	267712	OMEPRAZOL (SÓDICO) 20mg	CAPS	6000
37	267778	PARACETAMOL 500mg	COMP	1800
38	267768	PROMETAZINA (CLORIDRATO DE) 25mg	COMP	2100
39	267769	PROMETAZINA INJ. 25mg/ML - 2ml	AMP	2100
40	446105	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL	ENVEL.	3000
41	267747	SINVASTATINA 20mg	COMP	90
42	272089	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME - 30g	BISN	30
43	273167	SULFADIAZINA DE NEOMICINA, BACITRACINA ZINCICA POMADA – 5mg + 250UI/g - 10g	BIS	30
44	292344	SULFATO FERROSO 250mg (equivalente a 40mg de ferro elementar)	DRG	1200
45	272341	TIAMINA (CLORIDRATO DE) 300mg	COMP	1200
46	368499	VITAMINAS DO COMPLEXO B (OU ANÁLOGO)	DRG	1500

### 3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nela utilizados;

3.2 A presente aquisição de medicamentos possui o fito de atender as necessidades da Clínica de Repouso Santa Lúcia no que concerne a regular distribuição do material para o funcionamento da unidade;

3.3 O quantitativo bem como a especificação dos itens foram elaborados pela enfermeira responsável do corpo técnico da Equipe de Intervenção da Clínica de Repouso Santa Lúcia e ratificados pela responsável do setor de assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde.

3.4 Cumpre Ressaltar que, a presente requisição se justifica pelo Decreto nº1392/2022 de 29 de março de 2022, conforme documento acostado as fls.257/260.

### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam



suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

**4.2 As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).**

4.3 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.4 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

## 5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	<b>Elemento de Despesa:</b>	33.90.30.10
5.1.2	<b>Fonte de Recurso:</b>	007
5.1.2	<b>Programa de Trabalho:</b>	30001.1030200832.198

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-000.**

## 6. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

6.1 O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho (ou assinatura do contrato, se for o caso):

<b>Secretaria requisitante:</b>	Secretaria Municipal de Saúde – Gerência de Saúde Mental (Clínica de Repouso Santa Lúcia).
<b>Endereço:</b>	Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde. Avenida Conselheiro Julius Arp, 80 – Bloco 12 – Galpão 202 – Centro – Nova Friburgo.
<b>Horário de entrega:</b>	Segunda a sexta-feira, das 09h às 17h.



6.2 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade dos mesmos, na data de entrega, não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante;

6.3 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

6.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **7. DA LIQUIDAÇÃO**

7.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

## **8. DA PORTARIA 2814/98 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DEVIDAMENTE ALTERADA PELA PORTARIA 3765/98.**

8.1 Segundo estabelecido na Portaria 2814/1998, do Ministério da Saúde, nas compras e licitações públicas de medicamentos devem ser observadas as seguintes exigências:

8.1.2 Apresentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal;

8.1.3 Comprovação da Autorização de Funcionamento da empresa participante, expedida por órgão federal competente ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União, junto ao Ministério da Saúde, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);

8.1.4 Certificado de Regularidade Técnica expedido pelo Conselho Regional de Farmácia competente.

## **9. DO PAGAMENTO**



9.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

9.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

10.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

10.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

10.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;



10.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

11.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

11.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

11.1.2 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada; (quando for o caso)

11.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

11.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.7 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Saúde, para representá-la na execução do Contrato;

11.1.8 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

11.1.9 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

11.1.10 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Saúde;

## **12. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências



acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

### **13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **14. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

14.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

<b>NOME</b>	<b>MATRÍCULA</b>	<b>GESTOR / FISCAL</b>
Higor de Barros Pinto	062.871	Gestor titular
Ceres Lourenço Teixeira	062.195	Gestor substituto
Angela Maria Sardou Charret	062.400	Superior Imediato
Carlos Alberto dos Santos Mattos	299.415	Fiscal titular
Cristina B. Gomes	290.212	Fiscal substituto

14.3 O (s) fiscal (is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

14.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

### **15. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO**





15.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos da respectiva unidade requisitante, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

## **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02a contratada que:

16.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

16.1.2. Apresentar documentação falsa;

16.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

16.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.5. Não mantiver a proposta;

16.1.6. Cometer fraude fiscal;

16.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

16.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

16.3. Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

16.3.1. Advertência;

16.3.2. Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

16.3.3. Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

16.3.4. Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

16.3.5. Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

16.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;





16.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

16.3.8. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

16.3.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

16.3.10. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## **17. DA SUBCONTRATAÇÃO**

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **18. DA RESCISÃO**

18.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Saúde o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

18.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

18.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Saúde;

18.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de saúde.

18.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.



**Termo de referência elaborado por:**

**Higor de Barros Pinto**  
**Gestão de Processos, Contratos e Convênios**  
**Matrícula 062.682**

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da lei federal nº8.666/93, bem como autorizo **ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**.

**Ciente, de acordo:**

**Nicole Ribeiro Lessa Cipriano**  
**Secretário Municipal de Saúde**  
**Matrícula 106.137**